

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal

ITAPOÁ - SANTA CATARINA

2025

Introdução

A educação hoje tem um papel fundamental e decisivo na formação e emancipação das pessoas, para que possam aprender e tomar para si a tarefa de se tornar um sujeito consciente e determinado e reconhecer suas necessidades, estabelecendo suas responsabilidades com o compromisso de realização plena de sua existência, de seus familiares e amigos, bem como da comunidade, da sociedade e também do Planeta.

Pretende-se por meio deste documento, delimitar os parâmetros de qualidade para o atendimento das crianças preservando a diversidade encontrada em nossa região; ressaltando a importância de permitir as mais diversas manifestações culturais, locais, incentivando a participação crítica e permitindo o desenvolvimento das identidades.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de organização teórico/prática pedagógica, e tem como objetivo a construção da identidade da instituição. Define os princípios filosóficos da ação pedagógica. Também estabelece metas/ ações e atividades para se atingir as diretrizes preestabelecidas, após um diagnóstico da comunidade em que vivemos e que queremos ter.

O PPP define as intenções que a escola quer alcançar junto à comunidade e a sociedade. O mesmo é um desafio do trabalho coletivo, principalmente pelo fato de trazer os pais para a escola; assim como é a união de diversos segmentos para a definição do homem que queremos formar e em que sociedade se quer viver.

Respeitando os fundamentos que norteiam os trabalhos pedagógicos: Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

“O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão”. (pp.13-14). Ilma Passos Alencastro Veiga.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica e nortear os currículos de ensino e as propostas pedagógicas de todas as

escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica, orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Define o conjunto e os conteúdos básicos das áreas de conhecimento articulados com os aspectos da vida cidadã que precisam constar dos currículos escolares da Educação Básica.

A lei nº 9.394/1996, chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelece quais são as diretrizes e bases para a educação nacional, disciplinando a educação escolar que se desenvolve, predominantemente por meio do ensino em instituições próprias e deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social, sua última atualização data de março de 2017.

Educar é uma ação intencional, exige todo um processo de atividades que são desenvolvidas acerca de teorias, tendências pedagógicas que norteiam a prática docente, tornando necessário planejar, traçar objetivos, selecionar os conteúdos, métodos, recursos e pensar como serão avaliadas essas ações ou refletir sobre a relação teoria e prática no cotidiano escolar, colaborando assim para o desenvolvimento de cidadãos com mais consciência, autonomia, responsabilidade social e protagonismo. Educação é o ato de educar, de instruir, no sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação transformadora não está nas mudanças formais, ainda que necessárias, mas na postura vigilante contra as práticas de desumanização, devendo ter um compromisso com a solidariedade, pois transformar é mais do que meramente formar novas competências. Ela exige uma prática transformadora, ética ultrapassando a mera concordância com discursos, políticas, conteúdos ou projetos. Utilizando novos significados e aplicando as novas concepções de educação, de sujeito que aprende, de escola e do próprio conhecimento, onde há aberturas e reflexões em torno dos comportamentos humanos, é preciso estabelecer a necessidade e o reconhecimento de atitudes éticas frente aos desafios, uma visão que possa ajudar no entendimento dos desafios do cotidiano. Se faz necessário olhar a realidade através de uma visão mais ampla; uma abordagem mais abrangente, desafiadora e surpreendente; complexa, aberta e lúcida.

SACRISTÀN (2002), afirma que somente com mudanças de comportamento é que a escola poderá dar conta da ética da diversidade como identidade, olhando a diversidade no sentido global, não somente frente a cultura. É preciso analisar os tipos de diferenças e de desigualdades, traduzindo a diversidade natural. Reconhecendo a importância da identidade

dos sujeitos, mas respeitando a diversidade se respeita a vida, valorizando o sujeito como indivíduo cultural.

O homem hoje, é o protagonista de um mundo complexo, onde não bastam os saberes formais, é necessário alcançar uma educação multidimensional; um apreender a perceber, a olhar o mundo e compreendê-lo no sentido universal da vida; é preciso saber administrar o mundo com o pensamento; vislumbrar a complexidade; é necessário entender e explorar as diversidades culturais, fazendo do conhecimento a arma para a construção de uma vida melhor, com mais qualidade e mais democracia.

Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, um espaço privilegiado de desenvolvimento de potencialidades, interação e planejamento, no qual toda a sociedade contribui significativamente, para qualidade do processo e não somente na quantidade dos atendimentos. A função da escola é transmitir democraticamente a cultura construída ao longo do tempo, os conhecimentos historicamente acumulados, instrumentalizando o aluno para perceber criticamente a realidade social e comprometer-se com a sua transformação. A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (conhecimento arte/ciência/filosofia), a qual exige um novo tipo de profissional, capaz de pensar e aprender constantemente. Tendo como responsabilidade uma consciência política no desempenho de seu papel como estimulador do conhecimento, valorizando o diálogo entre professor e aluno, levando em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico de cada um, sem deixar de valorar o diálogo com a cultura historicamente acumulada, valorizando os interesses dos alunos sem perder de vista a ordenação lógica dos conteúdos significativos. Sendo o interlocutor mais experiente do conhecimento, ele media o conhecimento com os alunos priorizando a honestidade pedagógica; onde o aluno é crítico, socialmente ativo e o sujeito transformador da sociedade.

Segundo Saviani (1983) o professor é o responsável nas instituições pela socialização do saber sistematizado dos conhecimentos e deve se afastar da fragmentação dos conteúdos. É o Interlocutor mais experiente não é o dono do conhecimento (centro do processo), mas também não é mero mediador. É o organizador das atividades, conceitos e conteúdos e direciona as ações necessárias para a busca de um nível mais avançado de conhecimento.

A criança que temos hoje, nas escolas, é uma criança que traz consigo uma bagagem cultural, emocional, social, apresenta dificuldades em respeitar os limites, as regras sociais, é também ativa, dinâmica, muito individualista e questionadora. Cabe aos profissionais da

educação uma reflexão crítica como prioridade para o desenvolvimento do educando, avaliando as ações pedagógicas sempre com a preocupação de elevar as competências e habilidades profissionais na incumbência de uma formação integral do ser.

Esse pensar elaborado, essa reflexão determina os caminhos que a educação vem trilhando ao longo dos tempos, os conteúdos escolares passam a adequar-se aos interesses, ritmos e fases de desenvolvimento dos alunos, de acordo com a realidade de cada sujeito. A importância do currículo permite o alcance das competências capazes de fortalecer a formação dos indivíduos, com ética, mentalidade empreendedora, posturas democráticas, para uma sociedade mais justa e solidária. O processo educativo baseia-se não só em teorias, mas em princípios, valores, conteúdos científicos, técnicos, metodológicos, éticos e principalmente humanos; juntos utilizam conceitos e pressupostos para validar a prática, transformando as ações, modificando o pensar, possibilitando a formação do homem integral.

É necessária uma educação privilegiada para acompanhar a corrida do século XXI, onde se priorize o humano, os valores morais, a democracia, a flexibilidade, o amor, a ternura, as gentilezas, a cordialidade, as relações sociais, a compaixão, o saber viver, o saber cuidar, poder participar, ampliando as possibilidades de viver melhor e com mais dignidade, vivenciando uma cultura pela paz.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Escola Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal
Razão social: Lua de Cristal

Documentos: Resolução nº 07/2022 CME/ITAPOÁ/SC

Estabelece diretrizes para a elaboração do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Itapoá que trabalham com Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O Conselho Municipal de Educação de Itapoá/ SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere de acordo com o disposto no inciso III, do artigo nº 11 da Lei 9394/96 e o disposto da Lei Municipal nº 1.237/23.

Localização:

Endereço: Rua (120) Princesa Isabel, nº 286, Bairro Barra do Saí – Itapoá – SC.

CEP: 89.361-834

CNPJ: 09.911.317/0001-54 (APP)

Telefone fixo: Sem número

Celular: (47) 99123-9049 (Secretaria)

Email: e.luadecristal@educaitapoa.sc.gov.br

Email: supervisao.luadecristal@educaitapoa.sc.gov.br

Email: Gestao.luadecristal@educaitapoa.sc.gov.br

1.1 Mantenedora:

Prefeitura Municipal de Itapoá - SME

CNPJ: 81140303/0001-01

Endereço: Rua 1590, número 430, Centro- Itapoá- SC

Telefone: (47) 997869826 - Recepção

Telefone: (47) 992511633 - Acompanhamento

Emancipação Política Administrativa: 26/04/1989

Atual Prefeito : Jeferson Garcia

Atual Secretária de Educação: Andressa Dambrós

1.2 Histórico da Instituição

Aos 23 de novembro de 2006, o prefeito em exercício Sérgio Ferreira de Aguiar, no uso de suas atribuições legais, criou a Creche Municipal Lua de Cristal, localizada no Bairro Barra do Saí, funcionando junto com a Escola Euclides Emídio da Silva. Iniciou suas atividades primeiramente com o nome de "Pré-Escola Balão Mágico". Iniciando suas atividades em local alugado, em frente ao prédio da Escola Euclides Emídio da Silva, sendo complemento da própria escola, no decorrer dos anos contou com vários locais alugados, para seu funcionamento.

Atendia crianças de um aos três anos, sendo Maternal I, Maternal II, Maternal III. No princípio, as crianças permaneciam juntas, aos poucos a demanda aumentou e foi preciso dividir em três turmas. Todos os alunos atendidos na creche moravam do Bairro Barra do Saí até o Bairro Cambijú, respeitando sempre o zoneamento escolar.

Em agosto de 2013 foi inaugurada a sede própria da Creche Municipal Lua de Cristal. A Pré-Escola continuava em local alugado. Em outubro de 2018, a Secretaria Municipal de Educação inaugurou a ampliação da Creche, com mais quatro salas, com recursos próprios, para atender a Pré-Escola, no intuito de melhor atender a comunidade, passando a atender em um só endereço as crianças dos dois segmentos, Creche e Pré-Escola.

Em prédio próprio, mantém convênio com a Secretaria de Educação e tem como finalidade atender crianças a partir de um ano a cinco anos e onze meses.

Atualmente todas as turmas estão alocadas em salas bem adequadas, climatizadas e organizadas conforme faixa etária dos alunos.

Hoje, a escola atende 111 alunos, contendo 5 salas de Maternal I,II,III, quatro salas da Pré-Escola, Pré I e Pré II, uma sala onde está localizada a Secretaria, a sala da Gestora, uma sala dos professores e uma sala da supervisão e Orientação.

Atende nas salas 57 crianças no período matutino e 54 crianças no período vespertino.

Horário de funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal:

Matutino: 7:30 h. às 11:30 h

Vespertino: 12:45h às 16:45 h.

1.3 PERFIL DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal de Educação Infantil Lua De Cristal, busca oferecer complementação da educação familiar na socialização, na autonomia e na comunicação da criança. Converte-se em um espaço privilegiado de desenvolvimento de potencialidades, interação e planejamento, no qual toda a sociedade contribui significativamente para qualidade do processo e não somente na quantidade dos atendimentos; trabalhando de forma participativa e democrática, com professores, pais e comunidade. Buscando a ampliação dos Espaços de Aprendizagem (territórios) a todos os alunos, de um a cinco anos de idade, desta unidade escolar. A instituição educacional busca firmar parcerias com outras políticas públicas para o bem comum e desenvolvimento integral dos alunos, como também a importância da afetividade, cuidados com a saúde, direitos das crianças e a participação das famílias na escola. Trabalhando juntos para obtermos êxito na educação das crianças, visando à formação de indivíduos criativos, autônomos e capazes de conviver e crescer em sociedade.

A Escola Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal está assim organizada: um prédio contendo 6 salas de aulas, para as turmas, uma sala para os professores, uma sala para a secretaria, onde a gestora atende a comunidade. Um fraldário, que foi dividido ao meio, estando desativado, serve como depósito; na outra metade foi organizada uma sala para a supervisão. Todas as salas de aula possuem banheiros. No Maternal I e II temos outro fraldário sendo usado pelas duas turmas. Uma cozinha com dispensa, lavanderia, um banheiro externo para portadores de necessidades especiais, pátio coberto onde funciona o

refeitório. No espaço externo temos uma área com dois parquinhos e alguns espaços de aprendizagem como: casinha, caixa de areia, pista de carrinho, horta, espaço com gramado que tem uma parede de escalada, um palco onde funciona o território de música e um território das redes.

1.4 PERFIL DA COMUNIDADE

A Creche Lua de Cristal está localizada no Bairro Barra do Saí, com um perfil socioeconômico e cultural específico, conforme o questionário diagnóstico realizado em 19/08/2025. A maior parte das famílias tem uma renda mensal de 1 a 3 salários mínimos (45,6%), o que sugere um perfil de classe média-baixa. O principal provedor da família é, em sua maioria, um trabalhador por conta própria (34,2%) ou um empregado do setor privado (27,8%). A maioria das famílias reside em moradias alugadas (46,8%). A comunidade é composta predominantemente por famílias que residem na cidade de Itapoá-SC há mais de 10 anos (36,7%) ou de 1 a 5 anos (38%). A diversidade étnica é notável, com a maioria se autodeclarando branca (60,8%) e parda (24,1%). Quanto ao acesso à escola, 38% dos alunos vão a pé, enquanto 22,8% utilizam o carro. A maioria dos alunos leva menos de 30 minutos para chegar à escola (88,6%), e a maior parte não utiliza transporte escolar gratuito. Em relação à participação da família na vida escolar, a maioria dos responsáveis participa de reuniões, palestras e eventos na escola, com 79,7% participando sempre ou algumas vezes. Quase a totalidade (93,7%) dos respondentes se identificou como do sexo feminino.

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Composição do corpo docente, equipe técnica administrativa e pedagógica, professores auxiliares e estagiária têm a seguinte composição:

Cargo	Nome
Direção-Geral	Eliane Maria Valore de Siqueira
Equipe pedagógica	
Supervisão Escolar	Ednilson Adolfo Moro Garabelli Ferreira

Administradora Escolar	Maria Micheli Good Scholze Brehmer
Orientadora Escolar	Roberta Serednitzkei Lima
Corpo Docente	
Professoras e Professores	Caroline Fernando de Oliveira Neris Camila de Souza Vicente (Atestado) Fernanda Marcos Bassan Candido Flaviana das Gracas de Oliveira Slezinsky Ivone Labas Josiane Betto José Eliton Dutra Mayara de Bassio Araújo (Atestado) Juliana de Souza Ferraz Aline Cristina Barbim Isabel Metzger Lopes da Silva
Professora do AEE	Claúdia da Silva Souza
Professora de Arte	Jucemara Aparecida Padilha
Professores de Educação Física	João Claudio Vieira
Professores Auxiliares	Elisete Budal Arins da Silva
Estagiários	Claudia Gonçalves de Lima Emíli aparecida Ramos Silmara Domingues Cintia Franciele Ribeiro
Colaboradores WJ (Limpeza)	Nadir Macedo Paes Silvia Maria Mendes Marília do Nascimento Silveira
Colaboradora - Orbenk (Copeira)	Leozilete Bittencourt de Àvila Maria de Fátima
Vigilante	Jhanefer Fernandes dos Santos
Associação de Pais e Professores APP	
Presidente	Luana Priscila Wunsch
1ª Secretária:	Juliana Gabardo Gaio

1ª Tesoureira:	Thuany Loreda Bandeira de Arruda
Conselho Fiscal	
1º Membro:	Elisete Budal Arins da Silva
2º Membro:	Flaviana das Graças de Oliveira Slezinski
3º Membro:	Caroline de Oliveira Fernando Neris
1º Suplente:	Mateus Alves da Silva Gomes
2º Suplente:	Carla Bracisiewrcz Bomfim
3º Suplente:	Camila Vicente de Paula

As escolas Municipais de Itapoá atendem conforme a resolução N° 03/2024/CME/ITAPOÁ SC, que determina que a organização dos grupos no sistema municipal de ensino decorrerá das especificidades dos espaços físicos e da proposta pedagógica, respeitando o pleno desenvolvimento da criança, sendo exigida a seguinte relação professor /aluno:

A Educação Infantil compreende as crianças na faixa etária de até 5 (cinco) anos e 11 meses de idade, dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos).

§ 1º Para o ingresso na Educação Infantil em jornada parcial ou integral, a criança deverá ter:

- I.** Creche: 01 ano completo até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula;
- II.** Pré-Escola: 04 anos completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula;
- III.** Centros de Educação Infantil: 01 a 05 anos completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula;
- IV.** Escola Municipal de Educação Infantil: de 01 a 05 anos completos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

(RESOLUÇÃO No 003/2024 - DATA: 07 de março de 2024).

Total de turmas por Modalidade:

CRECHE

MATERNAL I A	8 ALUNOS
MATERNAL II A	8 ALUNOS
MATERNAL III A	13 ALUNOS
MATERNAL II B	14 ALUNOS
MATERNAL III B	14 ALUNOS

MATERNAL I, II, III INTEGRAL	14 ALUNOS
---------------------------------	-----------

TOTAL 71 ALUNOS

PRÉ ESCOLA

PRÉ I A	12 ALUNOS
PRÉ II A	14 ALUNOS
PRÉ I B	14 ALUNOS
PRÉ II B	18 ALUNOS

TOTAL 58 ALUNOS

TOTAL DE ALUNOS SOMADOS: 129 ALUNOS, 10 TURMAS.

1.6 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS EM SUA VERTENTE INSTITUCIONAL

A escola é um lugar de aprendizagem, seguro e afetoso para as crianças. Deve oportunizar brincadeiras, situações diversificadas para que todos sintam-se bem e acolhidos. A Escola Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal oferece atendimento parcial, sendo período matutino e vespertino, assegurando assim o trabalho das equipes de forma a atender o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

2. CONCEPÇÕES TEÓRICAS NORTEADORAS

A Proposta Curricular da Educação Básica do Município de Itapoá, foi elaborada e construída coletivamente, está assentada no Materialismo histórico dialético, baseada no fundamento epistemológico da Pedagogia histórico-crítica e da Psicologia histórico-cultural. Esse fundamento traz consigo concepções que permitem compreender o processo educativo e guiar as escolhas metodológicas assumidas pelos educadores da rede. Nesse sentido, as concepções norteadoras constituem os fundamentos básicos que orientam as diretrizes e políticas da educação na rede municipal de ensino de Itapoá. São elas: concepções de homem e sociedade, de conhecimento, do papel da escola e do papel do professor.

CONCEPÇÃO DE HOMEM E DE SOCIEDADE

Entende-se, a partir do fundamento norteador, que a relação do homem com a sociedade se dá pela produção e apropriação de bens materiais e imateriais que, no movimento dialético, produz a história. Nesta produção e apropriação da história, por meio da relação com o trabalho, o homem opera transformações tanto em si mesmo quanto no próprio mundo.

É possível reconhecer que o processo de produção da existência humana é um processo social, já que o ser humano precisa de outros seres humanos para sobreviver, ou seja, não é capaz de viver isoladamente. Nesse sentido, a sociedade é a base da convivência humana.

CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

A transferência do conhecimento é algo que não ocorre de maneira natural ou tampouco mecânica, para apropriar-se da cultura, é necessário que cada indivíduo desenvolva de maneira ampla as funções psicológicas superiores capazes de possibilitar a ele a utilização do patrimônio humano genérico, fazendo das apropriações mediações entre os sujeitos e a realidade. Sem o pensamento conceitual e sem o desenvolvimento sensível, da estética, das relações recíprocas entre atividade, pensamento e linguagem, o homem não seria capaz de dominar processos mais complexos. Para DUARTE (2016, p. 68), os conceitos científicos operam essa transformação no pensamento da criança a partir da base formada pelos conceitos espontâneos. Sem os conceitos espontâneos, a criança e o adolescente não seriam capazes de adquirir os conceitos 3 científicos, mas, sem estes, seu pensamento se tornaria prisioneiro da imediatez da vida cotidiana.

Para ocorrer o conhecimento teórico da ciência, é necessário uma atividade pensante, por meio da mediação dos signos que permite chegar à síntese, que consiste em reunir elementos diferentes, concretos ou abstratos, e fundi-los num todo coerente e chegar à totalidade a realidade concreta, um processo que avança cada vez mais complexo, porém nunca se conclui, pois a realidade está sempre em transformação. Trata-se de uma catarse, ou seja, de uma transformação, ao mesmo tempo, intelectual, emocional, educacional, política e ética, que modifica a visão de mundo do indivíduo e suas relações com sua própria vida, com a sociedade e com o gênero humano.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR

Considerando que a apropriação das capacidades intelectuais está condicionada ao desenvolvimento, a educação escolar configura-se, na sociedade contemporânea, como aquela que estabelece a forma mais elaborada de ensinar e aprender. A educação configura-se como uma entre outras instâncias sociais, que se esforçam pela transformação da sociedade em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

A educação escolar deve ter o compromisso com a socialização dos conhecimentos científicos, que avança num movimento contínuo e que deve ser analisado de forma contextualizada, compreendendo suas contradições, movimentos e possibilidades de mudança das práticas sociais. Destaca-se ainda que educar não significa eliminar ou separar o conhecimento científico do conhecimento cotidiano, mas sim, de estabelecer uma relação de modo que o conhecimento do senso comum avance para o conhecimento científico, em um processo de superação por incorporação, o qual eleva o pensamento e a subjetividade do indivíduo para níveis cada vez mais ricos e complexos, o qual se dá, especialmente, no processo intencional e sistemático de ensino. Ocorrendo assim, uma prática voltada para formação integral dos sujeitos. Saviani (2021, p. 13), quando afirma que:

[...] o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado, a descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo.

O trabalho educativo exige cuidado, que envolve “acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do planeta”. O cuidado consiste ainda, no sentido de responsabilidade com o compromisso de formação dos sujeitos, de forma que se tornem livres e independentes com autonomia e ética. Alinhado ao papel da escola, o educador deve ser capaz de mobilizar os conhecimentos historicamente acumulados, o que pressupõe conhecer o conceito de aprendizagem, ou seja, o professor trabalha diretamente com o desenvolvimento humano, sistematizando o conhecimento de modo intencional, em conteúdos escolares, ressignificando sua atividade pedagógica como concretizadora de um objetivo social, gerando e promovendo a aprendizagem. Para tanto, há que se organizar o trabalho educativo, definindo ações, elegendo instrumentos e avaliando o processo.

É preciso estar atento e comprometido com sua prática, trabalhar com inovação sem deixar de lado o planejamento de suas ações, pois o processo educativo exige organização sistemática, sem abandonar as necessidades individuais e coletivas, oportunidades para todos e para a formação da cidadania, trabalhar os conceitos, os fatos, conectando os conhecimentos da realidade de seus alunos com os conhecimentos científicos. O trabalho do professor e as relações que este estabelece dentro de sala de aula são fundamentais para o processo de democratização e promoção da qualidade na educação.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico aqui apresentado, deverá estar atrelado às concepções teóricas e metodológica assumidas pela rede de ensino de Itapoá, as quais norteiam a Proposta Curricular Municipal vigente, especialmente a concepção de escola e de sujeito que se pretende formar nos processos de ensino, aprendizagem e de avaliação da instituição.

CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

Cada criança tem sua individualidade, seu jeito de ser, são curiosas, atentas, espertas, espontâneas, sinceras, sensíveis, aprendem sobre o mundo fazendo perguntas e procurando respostas. No processo de construção de conhecimentos, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem as capacidades que possuem de ter ideias sobre aquilo que buscam aprender.

A criança está em constante aprendizagem, se desenvolve através das interações, relações e práticas cotidianas que vivencia; é um sujeito social e histórico, fazendo parte de uma organização familiar, com uma determinada cultura e crenças, trazendo consigo suas particularidades.

O ser humano desde sua concepção passa por diferentes fases de desenvolvimento, fases essas que se caracterizam por diversas habilidades motoras e psicológicas; cada criança é um ser único e cada um segue seu ritmo de aprendizagem, por intermédio da brincadeira, a criança explora e reflete sobre a realidade e a cultura na qual está inserida, o brincar para a criança é tão essencial quanto o trabalho para o adulto. No ambiente escolar, a criança tem a oportunidade de estar com outras crianças, de entender as diferenças e aprender a socializar.

A criança desenvolve sua personalidade de maneira harmoniosa, necessitando de amor, compreensão e afeto para seu melhor desenvolvimento no aspecto motor, que inclui tudo aquilo que se relaciona com a capacidade de movimento do corpo humano, já o aspecto cognitivo aborda capacidades que permitem compreender o mundo nas diferentes idades e vivenciar nele através do uso da linguagem. Como a criança sente-se consigo mesma e em relação ao mundo em que vive e como se comporta em situações difíceis relacionamos estes ao aspecto afetivo.

Conforme a legislação vigente, na (RESOLUÇÃO CNE/CEB,2009, P.1) CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Criança: Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, P.12

CONCEPÇÃO DE PROFESSOR

O papel do professor é orientar o aprendizado sendo uma figura fundamental na vida das crianças, construindo juntos o aprendizado e a autonomia. Sendo o mediador, propiciando ambientes acolhedores visando a melhor interação com as crianças para que elas possam pensar, questionar, debater, romper paradigmas. Orientando na busca de conhecimentos e informações, provocando e instigando os alunos a pesquisar com autonomia. O professor deve ensinar conteúdos de forma a atingir a formação integral do sujeito, contribuindo para a construção da pessoa, fundamentada nos valores morais e éticos, desenvolvendo habilidades intelectuais, físicas e sociais; estimulando os alunos a serem empreendedores, aprendendo a grandeza dos direitos e deveres. Sendo o interlocutor mais experiente, mediador do processo de desenvolvimento, deve constantemente refletir sobre sua prática, ser amigo, dedicado, companheiro, atencioso, aquele que ensina de forma lúdica através do brincar, através das sensações, levando as crianças de encontro com o contexto atual, incentivando o aprendiz a aprender, buscando comparar, elaborar hipóteses, ordenar o pensamento, reorganizar as suas ações na construção do conhecimento.

Segundo Saviani (1983) o professor é o responsável nas instituições pela socialização do saber sistematizado dos conhecimentos e deve se afastar da fragmentação dos conteúdos. É o Interlocutor mais experiente - não é o dono do conhecimento (centro do processo), mas também não é mero mediador. É o organizador das atividades, conceitos e conteúdos e direciona as ações necessárias para a busca de um nível mais avançado de conhecimento. O professor é aquele que ensina.

CONCEPÇÃO DE ESCOLA

A escola deve ser universal e respeitar as diferenças. É seu papel, ainda, especialmente no que compete à Educação Infantil, complementar a educação familiar na socialização, na autonomia e na comunicação da criança. Converte-se, pois, em um espaço privilegiado de desenvolvimento de potencialidades, interação e planejamento, no qual toda a sociedade contribui significativamente, para qualidade do processo e não somente na quantidade dos atendimentos. A escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (conhecimento arte/ciência/filosofia), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. Uma escola que assuma a responsabilidade pelo ensino de conhecimentos historicamente acumulados, construídos dia a dia por indivíduos que estão vivendo seu próprio momento histórico.

As creches e pré-escolas são espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade, trazendo para a criança o acolhimento pelo prazer de estar na escola, sentindo que tudo é realizado para o bem-estar de todas as crianças com muito amor. Também, deve ser um local onde seja possível o crescimento mútuo do professor e dos alunos, em um processo de conscientização com seu currículo e prioridades, não esquecendo que vivemos em comunidade e precisamos nos relacionar para crescer.

CONCEPÇÃO DE ALUNO

É o centro do planejamento curricular, sujeito histórico – social – concreto – Se desenvolve nas interações, aquele que socialmente tem um conhecimento empírico, mas que para se humanizar e estar inserido na sociedade deve ser crítico, consciente, ter autonomia e realizar boas escolhas, sendo necessário o conhecimento sistematizado historicamente.

CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO

O objeto do conhecimento é o produto historicamente acumulado e sistematizado, que avança num movimento contínuo e que deve ser analisado de forma contextualizada, compreendendo suas contradições, movimentos e possibilidades de mudança das práticas sociais, envolvendo os alunos em todo esse processo de aprendizagem. O conhecimento mais desenvolvido é aquele que permite a objetivação do ser humano de forma cada vez

mais universal e livre. Sendo assim, o objeto de conhecimento, quando convertido em conteúdos escolares, não será isolado ou fragmentado, tampouco ter-se-á, 'com o trabalho educativo, a pretensão de entendimento ou elucidação deles de forma absoluta. A aprendizagem ocorrerá gradativamente ao longo da escolarização, sendo organizada, sistematizada e conduzida pelo professor.

Um momento de angústia e reflexão para o professor é a avaliação, que é processo contínuo de crescimento e ampliação qualitativa dos sujeitos envolvidos. Sendo uma tarefa didática permanente do trabalho docente acompanhando e estimulando o crescimento e a formação das crianças, um momento necessário para o processo de ensino-aprendizagem. Momento de reflexão sobre as condições oferecidas por ele para que a avaliação possa ocorrer. A avaliação ocorrerá de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção 11, referente à Educação Infantil, artigo 31, preconiza que: “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. A avaliação deve ampliar o olhar do professor a respeito do contexto da aprendizagem e das atividades realizadas. A aprendizagem precisa ser avaliada durante o processo de trabalho, de forma contínua, tendo como objetivo o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos. No Município de Itapoá a avaliação na Educação Infantil é feita através de relatórios descritivos, para as crianças de Creche e Pré-Escola semestral, servem como acompanhamento do trabalho pedagógico e também para a avaliação do desenvolvimento das crianças, de acordo com sua faixa etária, garantindo a continuidade dos processos de aprendizagem e promovendo oportunidades de avanços em seu desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na seção II, referente a educação infantil, art. 31 que “... avaliação far-se-á à mediante o acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental e constitui um instrumento voltado para orientar a prática educativa de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a melhoria da ação educativa”.

3.1 PLANO DE ENSINO

O Plano de ensino é o planejamento pedagógico dos professores para um período letivo anual de forma sistematizado e organizado, durante um período letivo esse planejamento será separado semestralmente, quer dizer, separado por cores, azul para o primeiro semestre

e vermelho para o segundo semestre, no qual apresenta as escolhas dos conteúdos, dos objetivos de aprendizagem, dos encaminhamentos metodológicos e de avaliação que deverão orientar suas ações na prática pedagógica para o ano letivo. O Plano de Ensino é elaborado a partir da reflexão do professor ou professores a respeito das condições para a aprendizagem de seus alunos, o que pode ser identificado e analisado por meio de avaliações diagnósticas, interações e mediações do professor com os alunos, podendo assim identificar e descrever o nível de desenvolvimento real dos alunos, o que eles já sabem, conceitos que já se apropriaram, processos e ferramentas que já sabem operar e processos cognitivos que realizam, assim como, identificar o nível de desenvolvimento proximal, as aprendizagens que estão prestes a serem consolidadas, ou seja, os conteúdos e processos cognitivos que os alunos não sabem, mas que estão em condições de aprenderem e desenvolverem.

Na elaboração do plano de ensino é importante considerar o conjunto de aprendizagens essenciais a educação das crianças, a organização dos conteúdos, dos objetivos, encaminhamento metodológico e avaliação, exemplificando o trabalho da escola com as crianças durante o ano. Para tanto é importante estar de posse dos documentos de flexibilização, onde estão elencados os conteúdos essenciais, as anotações da pauta de observação resultado do período diagnóstico, não deixando de contemplar a organização dos espaços e dos tempos, incluindo a rotina e a adaptação. O plano de ensino auxilia na elaboração e acompanhamento dos planos de aula.

3.2 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação constitui-se num processo de acompanhamento do ensino e da aprendizagem, de forma a consolidar a educação integral de cada sujeito no seu percurso formativo. A avaliação então, como aponta a Proposta Curricular de Itapoá (2022):

A avaliação constitui-se num processo de acompanhamento do ensino (atividade do professor) e da aprendizagem (do aluno) de forma a consolidar a educação integral de cada sujeito no seu percurso formativo a ser ser oportunizado na Educação Básica, assim como, num instrumento investigativo, de forma contínua e sistemática, que exige um processo permanente de reflexão e ação sobre a apropriação do conhecimento (por parte dos alunos) e de decisão para a organização do ensino (por parte do professor).

Deve ser um instrumento investigativo, de forma contínua e sistemática, que exige um processo permanente de reflexão e ação sobre a apropriação do conhecimento (por parte

dos alunos) e de decisão para a organização do ensino (por parte do professor). É um elemento fundamental a ser utilizado desde o início do ano letivo como indicador para o plano de ensino e no processo de ensino e aprendizagem, que permite constantes reelaborações de estratégias metodológicas e intervenções de ensino a fim de possibilitar novas oportunidades de aprendizagem.

É a partir da observação, dos registros, das reflexões, que sintetizamos a avaliação como um processo tanto de formação como de ajustes necessários ao contínuo dos trabalhos com as crianças. Fundamentamos o conceito de avaliação de acordo com o artigo 10 das últimas Diretrizes Curriculares Nacionais do Currículo de Educação Básica de 2009:

“As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

A não retenção das crianças na Educação Infantil.

A avaliação é um instrumento para aprimoramento do trabalho do professor. Sendo instrumentos: a observação, o registro e também uma maneira de rever suas ações, mudanças de opiniões, buscar alternativas, fortalecendo a atuação profissional. A observação utilizada pelo professor é um instrumento de pesquisa, investigando e descobrindo como as crianças se expressam, se comunicam, como reagem frente aos problemas apresentados, quais as reações de cada um em particular; podendo também ser específica para observar uma situação, tendo um foco em algum aspecto específico. O que leva a uma reflexão sobre o desenvolvimento da criança. A utilização dos registros possibilita ao professor fazer uma boa análise de um determinado caso, permitindo conhecer melhor as práticas educativas para influenciar na melhoria do diálogo, construindo assim os novos saberes, e analisar as concepções de criança e seu desenvolvimento. Alguns tipos de

registro podem ajudar o trabalho do professor com as crianças: a ficha de saúde; um registro sobre a adaptação das crianças; registro de atividades; registro nos territórios externos ou nas brincadeiras de campo, registro de imagens como fotos, vídeos, etc. Os registros são de suma importância na formação dos professores, são parte do processo cuidadoso e contínuo de documentação da vida das crianças e seus processos de aprendizagem.

3.3 ATENDIMENTO A DIVERSIDADE

O atendimento à diversidade é entendido como característica da espécie humana, projetando-se ao cenário das diferenças de identidades constitutivas dos seres humanos, suas mais distintas organizações, e da sua heterogeneidade que a caracteriza. É a convivência de indivíduos diferentes em relação à etnia, orientação sexual, cultura, gênero, entre outros, em um mesmo espaço. Neste sentido, Vieira (2009, p. 145) aponta que o ambiente escolar deve ser um espaço vivo de valorização, que possui como compromisso contemplar as diferentes dimensões das identidades, para que todos possam ser percebidos, respeitados e valorizados em sua totalidade. É fundamental uma estrutura escolar que acolha os sujeitos em seus tempos, seus pertencimentos, sua cultura e seus valores. A escola tem um papel fundamental com o desenvolvimento integral dos alunos, especialmente com o ensino do conhecimento científico, e faz parte deste processo, conhecer as diferentes leis que tratam sobre os direitos humanos. Diante das diversidades presentes na escola e da sua função social, requer de todos os profissionais da educação conhecimentos específicos sobre as questões que envolvem as diversidades (leis, pesquisas científicas, entre outros), desenvolvendo e fortalecendo um espaço de justiça social, de cidadania e respeito, evitando toda forma de preconceito, violência, de relações de poder, que violem os direitos humanos.

São muitos os desafios impostos ao professor e à escola para acolher e assistir à heterogeneidade de possibilidades, potencialidades e fragilidades de todas as crianças. Talvez, o maior de todos os desafios seja ajudar o professor a transformar suas inquietações e incertezas, inerentes ao atendimento à diversidade, em fonte de busca de mais conhecimento, informação e qualificação profissional. O professor necessita de “dispositivos de acompanhamento e reflexão” (MÉNDEZ, 2003) na própria instituição em que atua. Ele precisa de amparo, escuta, acolhida e incentivo, ou seja, de uma rede de apoio. Essa não é uma tarefa fácil, logo dar conta de sua dimensão não pode ser uma iniciativa individual do professor. A busca de respostas e de algumas certezas implica, necessariamente, um trabalho em equipe. A família e a escola precisam funcionar como uma equipe que se complementa, valoriza e dá suporte. A aproximação da família e da escola requer um

constante diálogo pautado no respeito e na comunicação. Estanislau (2014) lembra que uma boa comunicação é capaz de promover soluções eficientes para situações-problema. O autor reforça que a escola deve lançar mão de estratégias colaborativas (suporte psicossocial à família; suporte à paternagem; comunicação; voluntariado; aprendizagem em casa; colaborando com a comunidade) com um enfoque nos pontos positivos envolvidos na relação criança-escola-família, e não com enfoque na necessidade de conserto de falhas. A individualidade de cada criança precisa ser valorizada. Conhecer a criança, e os padrões de desenvolvimento típico de sua faixa etária, ajuda o professor a observar os aspectos que são esperados e aqueles que lhe dão sinais de que algo parece não estar bem no desenvolvimento da criança, necessitando, muitas vezes de um olhar mais atento da escola e da família e, algumas vezes, de um especialista. As necessidades de afeto, desafios, trocas sociais e exploração do mundo pertencem a todas as crianças, independente de terem ou não alguma condição especial que as caracterizem como crianças com necessidades educativas especiais. O professor tem o desafio de ampliar as possibilidades de aprendizagem de todas as suas crianças já que, como os estudos em neurociências têm evidenciado, as experiências interacionais do indivíduo com tudo o que estiver a sua volta promovem a formação de novas conexões nervosas e, portanto, de novas aprendizagens. Destacamos, então, a importância da etapa da educação infantil por esta já se configurar em um espaço de prevenção de doenças e promoção de saúde, naturalmente, quando é realizada com qualidade. Enfatizamos também as parcerias (família, escola e profissionais da saúde) e os diálogos necessários das áreas da educação e da saúde, pois estes possibilitam a criação de uma rede de apoio à criança e a todos que lidam com ela. Por fim, destacamos a fundamental articulação da escola com a contemporaneidade, articulação esta que possibilita torná-la um espaço que promova a aprendizagem de todas as suas crianças. Enfatizamos o trabalho em equipe, mas muitas vezes demos papel de destaque ao professor, pois ele, por atuar diretamente com a criança, é peça chave no atendimento à diversidade. Ao professor cabe o desafio de desenvolver práticas refletidas, fazer acomodações didático-pedagógicas, planejar estratégias inclusivas, monitorar o processo de desenvolvimento de cada criança. Sem dúvida, tais exigências impõem a ele a necessidade de busca de conhecimento e qualificação constantes e, é claro, muita disposição e sensibilidade.

3.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão, na sua vertente educativa, alicerça-se no conceito de Educação para todos, ambos intrinsecamente associados aos valores da equidade e justiça. Como tal, referem-se,

ao assegurar o direito à educação de todas as crianças e jovens, independentemente das suas características ou dificuldades, de forma a construir uma sociedade mais justa. No Brasil, a educação inclusiva, possui um robusto ordenamento jurídico, com leis, decretos e notas técnicas que regulamentam e dão as diretrizes para a Política Nacional de Educação Especial, especificamente para os Sistemas de Ensino que operacionalizam o serviço educacional a este público. Uma escola inclusiva desenvolve-se através de um longo processo de mudança, eliminando as barreiras à aprendizagem e à participação que podem ser experienciadas pelos alunos. Também deve dispor de serviços e recursos para a educação especial que assegurem condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. É um processo que nunca está acabado dependendo de um desenvolvimento pedagógico e organizacional contínuo da escola.

Nossas ações como educadores precisam estar relacionadas com o convívio das diferenças e da aprendizagem. Devemos ter como relevantes o estímulo ao respeito e a aceitação das diferenças, e não criar barreiras que impeçam o progresso desses valores. A escola deve ser um ambiente acolhedor e com profissionais comprometidos com ações que promovam caminhos facilitadores tanto na sala de aula como fora dela. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos educandos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos propostos no plano curricular. A educação inclusiva na educação infantil deve respeitar o ritmo da criança, procurando estimular adequadamente o desenvolvimento de suas habilidades, considerando suas especificidades. Sendo o professor, um ser importante tanto no que se refere ao seu planejamento como a sua atuação efetiva na vivência de sala de aula.

O ensino deve despertar o interesse das crianças com necessidades educacionais especiais, exige uma reorganização das escolas e uma nova proposta curricular, buscando transformar as instituições, a fim de que as mesmas se tornem espaços de formação, por meio de um ensino de qualidade para todos os alunos. Atividades lúdicas são fundamentais para o desenvolvimento, despertando o interesse das crianças com necessidades educacionais especiais. Utilizar o lúdico como recurso essencial, uma vez que este permite o desenvolvimento global da criança, por meio da estimulação de diferentes áreas e possuir uma avaliação formativa, bem como identificar dificuldades e auxiliar as crianças a superá-las.

Os professores podem ajudar os pais a lidarem com as necessidades específicas de cada criança. Fornecendo informações sobre como a criança está se saindo na escola e dando orientações sobre como adaptar algumas situações para o melhor desenvolvimento da criança. Bem como a família, que pode dar subsídios de um atendimento escolar mais diretivo. Trabalhar com crianças portadoras de necessidades especiais exige que o professor: Mantenha sempre a calma, esteja preparado para lidar com imprevistos. Seja flexível, planejar atividades readaptadas com materiais pedagógicos alternativos, trabalhar o respeito em sala de aula, A secretaria de Educação e as escolas devem promover capacitações e formações para que seu corpo docente esteja preparado para atuar com crianças especiais, através de cursos específicos com profissionais graduados nas áreas de Pedagogia, neuro, fono, psicólogo para formar profissionais para que os mesmos saiam já capacitados para assumirem turmas com características diversas.

No ano de 2025 estará sendo implementadas diversas tecnologias para auxiliar o bom desenvolvimento dos alunos de inclusão. A pasta PEI será migrada para o programa educarweb, não sendo mais necessário utilizar a pasta drive. O atendimento educacional especializado será realizado nas dependências da escola Euclides, onde a Professora fez adequação para atendimento das necessidades da Escola Municipal Lua de Cristal.

3.5 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço escolar é o lugar no qual a criança tem acesso aos objetos da cultura, ou seja, é o espaço onde ela aprende e se desenvolve. A forma como organizamos o espaço, demonstra nossas concepções de criança, de escola, de professor e de conhecimento, também demonstra quais as concepções de desenvolvimento e como compreendemos o trabalho pedagógico.

O trabalho pedagógico consiste em considerar vários fatores, como, desenvolvimento humano, funções psíquicas, periodização do desenvolvimento infantil, processos de aprendizagem e atividade principal, os quais orientam novas formas de planejamento, registro e avaliação do trabalho pedagógico. São ações que fundamentam e orientam para uma educação que promova o máximo desenvolvimento humano nas crianças.

Essas ações educativas acontecem em um lugar e se efetivam em um determinado tempo, por meio de relações entre as crianças e os adultos. Falamos aqui do ambiente escolar, dos espaços estruturados fisicamente, dos materiais organizados intencionalmente e das relações que acontecem nele, pois, é importante compreender que esses elementos não devem se separar. É importante promover atividades com qualidades nos diferentes momentos do desenvolvimento, bem como, primar pela qualidade das relações que serão estabelecidas neste espaço.

[...] a educação das crianças – ou seja, a forma como organizamos as experiências que propomos às crianças – assume o caráter de impulsionadora do desenvolvimento infantil. Com esses pressupostos, falamos em educação desenvolvente, ou seja, uma educação intencionalmente organizada para impulsionar positivamente o desenvolvimento infantil. (MELLO; FARIAS, 2010, p. 55)

Segundo Mello (2010) é possível promover uma educação “desenvolvente” sem antecipar a infância, considerando a relação que a criança estabelece com o mundo da cultura no meio em que vive possibilitando seu acesso” às formas mais elaboradas da cultura histórica e socialmente acumulada.”

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural o indivíduo é resultado do contexto histórico, da sociedade e cultura da qual faz parte e o seu desenvolvimento é resultado, e não requisito para a aprendizagem. Nesse sentido, podemos compreender que a aprendizagem se dá através das experiências vividas, as quais impulsionam o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem e desenvolvimento necessita ser compreendido como cultural, social e historicamente elaborado, como aquele que promove o aprendizado. Portanto, o ensino das crianças, a maneira como ele é planejado, organizado em relação às experiências infantis a partir do pressuposto acima, se consolida como um ensino desenvolvente.

Sendo a aprendizagem aquela que impulsiona o desenvolvimento, então pode-se depreender que a criança aprende desde que nasce. Dessa forma, a visão de criança frágil e incapaz, precisa ser revista no sentido de compreendê-la como capaz de se apropriar do conhecimento e de atribuir significado ao que vive.

Partindo da concepção de que o indivíduo aprende em circunstâncias específicas durante o período de desenvolvimento, ou seja, através de atividades principais, nossa prática docente também precisa ser revista e transformada, pois, as experiências organizadas e possibilitadas às crianças, nas diferentes situações na escola, devem ser planejadas considerando, entre outras questões, também essas atividades principais.

O processo de aprendizagem, portanto, resulta da experiência vivida pela criança junto a outras pessoas e no meio cultural em que está inserida, bem como, do acesso às formas mais elaboradas da cultura para a formação das máximas qualidades humanas nas crianças. Para garantir essas formas mais desenvolvidas da cultura na escola, devemos considerar a interferência do meio, da cultura nos períodos do desenvolvimento da criança, considerando segundo Mello (2010, p. 58) três questões: “[...] a unidade entre o afetivo e o cognitivo, a questão das regularidades do desenvolvimento psíquico e a compreensão da forma específica de como a criança se relaciona com o mundo e aprende em cada etapa de seu desenvolvimento.”

Nesse sentido, o professor(a) pode planejar conscientemente as experiências que irá propor às crianças na Educação Infantil de modo a promover o acesso da criança à cultura. É papel do professor, a priori, mediar, organizar e disponibilizar os objetos da cultura material e não material para as crianças, através de atividades e dos espaços escolares.

Considerando o exposto acima, no que se refere à organização do espaço, este deve ser planejado de forma a possibilitar a atividade principal de cada período. Nesse sentido, o espaço mais adequado é aquele que favorece a realização das atividades de comunicação emocional com o adulto, atividade objetual manipulatória e o jogo de papéis sociais. Essas atividades apresentam condições próprias em relação ao espaço físico e aos materiais que devem estar organizados e acessíveis nesse espaço para que seja realizada. Deve ser diversificado com vista a promover o desenvolvimento infantil, possibilitando a criança vivenciar as experiências e a estabelecer relação com o outro, (criança professor, criança criança), exploração de objetos e brincar em um ambiente acolhedor e seguro, dessa forma, formando sua personalidade, inteligência, imaginação, autonomia e autoestima.

Deve-se portanto, colocar os materiais próximos das crianças e em lugares acessíveis, para que haja a exploração e expressão para a apropriação dos objetos culturais e

conhecimentos ali presentes, pois dessa forma contribui-se para a autonomia e compreensão do mundo da criança. Conseqüentemente, espaços pobres de objetos, de uso definido e sem novas possibilidades de reorganização, deixam de promover a curiosidade e de gerar motivos para a atividade da criança, novas atividades e necessidades de aprendizagem.

Ao organizar o espaço então, podemos observar a disposição dos móveis, se estão possibilitando a exploração e promovendo autonomia, se estão organizados de forma a criar pequenos ambientes dentro da sala; a altura dos armários e prateleiras, se estão acessíveis às crianças possibilitando a escolha dos brinquedos e materiais; mesas coletivas, possibilitando a interação entre as crianças; local e altura de cartazes, se estão adequados a altura da criança para que possam visualizar o conteúdo, isto se aplica também às informações presentes nas paredes e portas. Garantir que as paredes estejam decoradas com produções das crianças (mesmo que do ano anterior, afinal a escola tem uma história), deixando de lado as paredes decoradas com desenhos estereotipados e personagens midiáticos, pois, a criança é capaz e necessita experimentar, falar, ver, ouvir, pegar, pensar, movimentar-se, fazer escolhas, resolver problemas. Em relação aos bebês, colocar objetos pendurados do teto ao chão com cor, brilho, formas, sons, cheiros, movimento, garantindo que estejam ao alcance dos olhos e das mãos dos bebês; os objetos também podem ser distribuídos no chão de modo a promover a movimentação autônoma da criança, como as cestas de tesouros e caixas organizadoras com materiais separados por função, por exemplo: coisas para empilhar, por cor (tampas ou potes vermelhos, verdes, azuis, transparentes, entre outros), sucata em bom estado, colorida e sem rótulo, além de diferentes tecidos, papéis e caixas grandes.

Se o bebê está em processo de aquisição da marcha, os materiais devem ser distribuídos no chão e nas paredes um pouco acima do nível do chão. Os materiais, sejam brinquedos, livros, materiais para manipulação (arte), devem possibilitar a escolha por parte dos bebês para que possam explorar e ir formando a percepção, a memória, a atenção, para gradativamente formar uma ideia do que ela pode fazer.

A atividade exploratória com objetos até os três anos e do brincar de faz de conta (jogo simbólico) a partir dessa idade, devem ser considerados na organização do espaço, os quais

não podem ser de forma espontânea e sim de forma intencional com vista a promover a aprendizagem e o desenvolvimento.

Na segunda infância (de 3 a 5 anos), organizar o ambiente através de espaços diversificados é uma estratégia que permite desenvolver as atividades guias principais, dentre elas, objetual manipulatória e o jogo simbólico. Estes espaços podem possibilitar às crianças várias atividades e promover motivos para a aprendizagem, seja individual ou em grupo, gerando também novas necessidades e interesses. Eles devem ser planejados pelo professor (a) e não precisam ser fixos, aliás, devem sempre que necessário, ser replanejados, alterados conforme a necessidade de aprendizagem identificada pelo professor e o interesse da turma. Podem ser enriquecidos frequentemente e modificados com o grupo. Podem ser espaços separados por prateleiras, varais feitos com tecidos ou tiras de tecido, conchas, miçangas etc., mas que permitam à criança a visualização da professora. Podem ser demarcados por tapetes, almofadas ou móveis e serão identificados pelos objetos nele presentes.

Todos os ambientes da escola são importantes. Por isso, ela deve ser ocupada em todos os seus espaços, passando pela sala de aula, sala de alimentação, corredores, entre outros. Todos devem ser organizados de forma a apresentar beleza e acolhimento.

A área externa pode ser planejada junto com os professores e até mesmo com as crianças, sempre considerando a atividade principal da criança. É possível organizar lugares com água, principalmente em tempos mais quentes, com terra, grama e areia, cabanas feitas com retalhos, de madeira, com tecidos e cordas; bolas, bambolês e circuitos com vários materiais, além de árvores, uma horta e mesmo um espaço para criar pequenos animais.

O espaço deve promover o máximo de apropriação da cultura mais elaborada, já que as crianças, desde bebês, aprendem a partir de sua atividade principal na relação com os objetos da cultura e com as pessoas. O que a criança já conhece em sua experiência em casa não precisa ser ensinado na escola. Na escola, ensinamos o que a criança ainda não conhece. Em cada período do seu desenvolvimento, ela se aproxima de um conceito, por exemplo: em cada momento de sua vida ela se apropria de uma obra de arte de uma maneira, mas sempre estabelece com ela uma relação e atribui-lhe um valor, ou seja, incorpora o objeto ao seu universo. Nesse sentido, é importante ensinar na escola o que de melhor a humanidade produziu nas diferentes áreas do conhecimento: Obras de arte nas

diferentes linguagens, músicas clássicas e populares diferentes das veiculadas na mídia; Conhecimento científico sobre os diferentes conteúdos das ciências naturais e sociais, das linguagens (português, matemática), através de diferentes gêneros discursivos e seus portadores como poesia, crônicas, parlendas, notícias de jornal, entre outros. A cultura produzida ao longo da história pode e deve estar presente nas paredes, murais e cantos do espaço escolar.

Quando promovemos no cotidiano escolar, experiências diárias através das quais a criança tem acesso à cultura em suas formas mais elaboradas, possibilitamos a ela desenvolver funções psicológicas superiores, como a memória, consciência, percepção, atenção deliberada, fala, pensamento, formação de conceitos entre outras.

O ambiente escolar é concebido como espaço da educação formal em sua especificidade, que é a prática do ensino dos produtos do saber científico em suas formas mais desenvolvidas, dos conhecimentos historicamente sistematizados por meio dos quais ocorre a humanização dos indivíduos com o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores. Desta forma, o espaço escolar é o lugar no qual a criança tem acesso ao saber mais elaborado, aos objetos da cultura, é o espaço onde ela aprende e se desenvolve e demonstra quais as concepções de desenvolvimento e como se compreende o trabalho pedagógico, neste ambiente que promove atividades com qualidades nos diferentes momentos do desenvolvimento. A escola precisa proporcionar espaços estruturados fisicamente, materiais organizados intencionalmente e primar pela qualidade das relações estabelecidas, ou seja, promover no espaço e cotidiano escolar, experiências diárias através das quais a criança tenha acesso à cultura em suas formas mais elaboradas, possibilitando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Valorizar os espaços de recreação e convivência entre todos, utilizando os vários territórios para propiciar um melhor desenvolvimento dos conhecimentos.

Os espaços na educação Infantil são parceiros pedagógicos dos educadores, refletem a cultura, as vivências e as necessidades dos adultos e das crianças que nele exercem sua função.

A escola conta com uma secretaria onde fica a sala da gestora, ao lado, a sala dos professores dando suporte às reuniões pedagógicas. Uma cozinha, uma despensa, uma lavanderia e um banheiro que atende a acessibilidade para pessoas com deficiência, uma sala para a supervisão. Conta ainda com um pátio coberto que funciona como refeitório; no espaço externo, uma área com dois parquinhos, alguns espaços de aprendizagem com a

casinha, um tanquinho que auxilia as crianças a desenvolver sua imaginação. Um espaço para a horta, onde todos podem participar e explorar. O espaço escolar deve ser cuidado como um ambiente que proporciona possibilidades de desenvolvimento, ainda na área externa encontra-se uma área de convivência onde os alunos fazem atividades físicas, um palco para as crianças utilizarem para suas atuações, com dramatizações e música. A criança deve apropriar-se do ambiente, nas áreas de brincadeira deve-se oferecer segurança, dando possibilidades de exploração.

3.6 TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA PARA A APRENDIZAGEM

A cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas na sociedade, já que os vários meios tecnológicos, hoje, são constantes em diversos aspectos da vida. Isso faz com que, no caso do contexto escolar, os alunos sintam a necessidade de estabelecer relação entre o que é aprendido na escola e o mundo que lhes é apresentado por meio das tecnologias da informação e comunicação. As tecnologias devem ser consideradas como um conjunto de ferramentas que possam potencializar a busca de conhecimentos e informações para o processo ensino-aprendizagem. Sabe-se que esta possui um papel estratégico no incremento dos processos de aprendizagem, mas é preciso sempre buscar o verdadeiro sentido da educação e considerar as lacunas entre a formação e a atuação do professor. Por isso, torna-se necessário a construção de uma articulação entre tecnologia e educação escolar, pois o acesso à informação e aos canais de comunicação não são por si mesmos educativos, ao contrário, dependem de uma proposta pedagógica que os utilize enquanto mediação para uma determinada prática educativa.

A escola dispõe três computadores notebook para uso dos professores, que utilizam também como recurso em sala de aula, com o retroprojetor (data show). Temos também um computador de mesa para uso dos professores e dois para uso do administrativo e gestão. Contamos com dois tablets que auxiliam o professor e os alunos na questão de pesquisa e registro de fotos conforme planejamento do professor; um celular para uso administrativo e contato com as famílias. Todos estes materiais vêm contribuir para o melhor desenvolvimento dos alunos de forma integral, desenvolvendo suas habilidades e competências de acordo com suas idades durante o período escolar.

3.7 COTIDIANO DO TRABALHO

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO, ROTINA E ACOLHIMENTO INFANTIL

Quanto ao tempo, este não pode ser entendido como o tempo cronológico que demarca ações dos adultos em relação às crianças e suas atividades, mas sim o tempo da criança em relação ao que ela vivencia em *sua atividade* no ambiente escolar. O tempo de adentrar a instituição e direcionar-se à sala de aula, observando os espaços por onde transita; o tempo de sentar-se à mesa, observar o que está para servir e apreciar segundo sua satisfação, compartilhando com os colegas suas preferências; o tempo de manipular objetos culturais segundo um conteúdo a ser aprendido e experimentar várias possibilidades; o tempo de chorar na adaptação e ter o tempo necessário para estreitar seus vínculos afetivos para estender sua estadia; o tempo de baixar e levantar a roupa sozinho, sob a orientação do professor ao iniciar a ida ao banheiro. Em suma, perceber o tempo da criança é essencial para o planejamento do professor em relação ao que a criança já sabe e ao que está para aprender, considerando os diferentes aspectos do desenvolvimento. Afinal:

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de conforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas” (BRASIL, 2013, p. 86).

Compreender e respeitar o tempo das crianças em seus momentos de interação, alimentação, sono, brincadeiras, higiene e manipulação com os objetos, torna-se um subsídio para o planejamento e intencionalidade educativa, gera a necessidade de ensinar e aprender. O que o professor observa nos momentos de brincadeira, interação com o outro, com os objetos culturais, auxilia a organizar os conceitos e conteúdos necessários para sua prática pedagógica. A relação que a criança estabelece com o seu entorno tem um tempo de deliberação, ou seja, quanto tempo a criança necessita para planejar e agir sobre o espaço que lhe fora planejado, tendo em vista que todas as atividades no ambiente escolar são ações pedagógicas.

A organização dos espaços é tão importante quanto as atividades que vão ser desenvolvidas a partir deles, assim como, a escolha dos materiais, a disposição deles e o tempo da criança em relação às atividades ali desenvolvidas.

A rotina escolar, considerada como organização do trabalho pedagógico, permeia o protagonismo do professor que ensina, da criança que aprende, os materiais e objetos culturais, como recursos todos articulados para o processo de aprendizagem das crianças. Considerando que todas as ações no espaço escolar são ações pedagógicas, desde a chegada da criança na escola, a organização dos seus pertences em local adequado, a interação que ela passa a estabelecer com os demais e com os materiais que lhe foram organizados para sua recepção, auxiliam na transição entre os diferentes momentos que ela vivencia no ambiente escolar. Dessa forma, segundo o RCNEI:

Considerada como um instrumento de dinamização da aprendizagem, facilitador das percepções infantis sobre o tempo e o espaço, uma rotina clara e compreensível para as crianças é fator de segurança. A rotina pode orientar as ações das crianças, assim como dos professores, possibilitando a antecipação das situações que irão acontecer.” (BRASIL, 1998, p. 72)

As atividades da rotina como acolhida, roda, contação de histórias, biblioteca, alimentação, higiene, despedida, são atividades diárias, precisam articular-se umas às outras, sem apressar ou fragmentar o tempo entre elas.

Mesmo os espaços preparados na sala de aula ou em ambientes externos, que atendem a atividade da criança e suas necessidades de aprendizagem, compreendem um tempo qualitativo para interação neles. Todos os profissionais da escola precisam estar conscientes do tempo despendido pelas crianças em *sua atividade*, sem sobrepor suas necessidades sobre as das crianças em desenvolvimento. Os momentos não devem ser confundidos com a hora, há momentos para a necessidade de alimentar-se, higienizar-se, mas também, em algumas atividades precisam ser consideradas com o máximo de possibilidades, onde a criança interage com seus pares e com o objeto de conhecimento.

Considerando essa potencialidade, flexibilizar as atividades da rotina diária, para promover a complexificação das funções psíquicas superiores da criança em sua atividade, consiste em conscientização sobre a importância desse trabalho por todos os envolvidos no ambiente escolar. Poderão ser propostas atividades que possibilitem essa flexibilização, como piqueniques, quando as crianças estiverem realizando atividades no ambiente natural, preparo de receitas simples nas cozinhas que realizam seus jogos de papéis. Nesse sentido,

a equipe pode promover de maneira formativa o envolvimento das profissionais do serviço de alimentação na escola para compreender os diferentes momentos e formas que a alimentação pode ocorrer enquanto atividade da criança em desenvolvimento.

A acolhida na creche passa pelo importante período da adaptação, uma maneira flexível de tornar sadia e agradável a permanência da criança no ambiente escolar. Ao serem inseridos de forma gradativa no ambiente escolar, desenvolvem segurança para despedir-se dos responsáveis e para explorar o novo espaço. Considerando que cada criança tem um ritmo e nível de desenvolvimento em relação a adaptar-se aos ambientes e outras pessoas, respeitar esse fator é de extrema importância. Quanto menor o bebê, maior o vínculo e dependência com a mãe e maior o desafio da adaptação para ambos, tanto a mãe quanto o bebê requerem atenção nesse período. Construir com a família uma relação de segurança e confiança permite que o processo se desenvolva de maneira mais fluida e tranquila. Os pais precisam estar conscientes do tempo que a criança precisa para adaptar-se, estipulado pelo professor em sala, conforme os avanços do bebê em relação à adaptação. O auxílio da equipe pedagógica é muito importante para efetivar essa prática na escola de educação infantil. Os registros de caráter diagnóstico também favorecem a prática pedagógica do professor para o período da adaptação.

O professor pode planejar a melhor forma de organizar o ambiente nestes primeiros dias, levando em consideração os gostos e preferências das crianças, repensando a rotina em função de sua chegada e oferecendo-lhes atividades atrativas. Ambientes organizados com material de pintura, desenho e modelagem, brinquedos de casinha, baldes, pás, areia e água etc., são boas estratégias". (BRASIL, 1998, p. 81)

O acolhimento na escola de educação infantil deve considerar essas questões trabalhando em parceria com os demais setores (saúde, assistência social, conselho tutelar, casa de acolhimento) para o atendimento das necessidades psicológicas, físicas e sociais das crianças que passaram pelas diversas situações, acolhendo suas particularidades do contexto que estão inseridas e promovendo oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, bem como, possibilitando a convivência com os pares e adultos. A comunicação entre esses sujeitos é muito importante para o desenvolvimento da criança em suas máximas capacidades humanas

A ROTINA

A rotina representa o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças e não deve ser

rígida e inflexível.

A rotina deve contemplar os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas.

A rotina da educação infantil pode ser facilitadora ou cerceadora do desenvolvimento e da aprendizagem.

O número de horas que a criança permanece na instituição, os cuidados destinados a ela; os ritmos e diferenças; as especificidades do trabalho pedagógico demandam um planejamento constante da rotina.

A organização do tempo deve prever possibilidades diversas.

A rotina pode antecipar situações que acontecerão na unidade escolar.

ATIVIDADES PERMANENTES

• São aquelas que respondem às necessidades básicas de cuidados e aprendizagem das crianças.

SÃO ATIVIDADES PERMANENTES / ROTINA INSTITUCIONAL

- a) Roda de conversa.
- b) Roda de história.
- c) Propostas de desenho, pintura, modelagem e música.
- d) Cuidados com a alimentação.
- e) Cuidados com a higiene pessoal
- f) Brincadeiras no espaço interno e externo.
- g) Organização de espaços diversificados ou ambientes organizados por territórios.

AMBIENTES ORGANIZADOS POR TEMAS

- a) Os espaços/ territórios
- b) Esportes de aventura / Elementos da Natureza
- c) Jogos Simbólicos / música, casinha, espaço das redes.
- d) Jogos de Construção
- e) Jogos de Mesa

Para atender todas as salas, no início do ano é montado o calendário para distribuir as aulas de acordo com as normas da Secretaria de Educação. Estando esse calendário em anexo.

Sugestão para rotina escolar (Dia a Dia)

1- Chegada e Acolhimento

- Recepção individualizada da criança e da família.
- Espaço preparado para transição afetiva (abraço, diálogo, brinquedos de livre escolha).
- Organização dos pertences com apoio da professora.

2- Atividades Iniciais (Roda de Conversa)

- Cantos de acolhida e músicas de rotina.
- Conversa sobre como estão se sentindo.
- Apresentação do que será feito no dia.

3. Lanche da Tarde

- Incentivo à autonomia: lavar as mãos, organizar o espaço, servir-se.
- Exploração de alimentos e incentivo à boa alimentação.

4. Atividades Dirigidas

Propostas planejadas pela professora conforme os campos de experiência:

- Eu, o outro e o nós: Visão de si, do outro, autonomia e o brincar coletivo.
- Corpo, gestos e movimentos: circuitos motores, dança.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação: contação de histórias, rodas de leitura.
- Traços, sons, cores e formas: desenho, colagem, pintura.
- Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações: jogos de encaixe, experiências com água/areia.

5. Higiene

- Troca de fraldas / ida ao banheiro com apoio.
- Incentivo à autonomia no cuidado com o corpo.

6. Atividades de Exploração Livre

- Brinquedos de livre escolha.
- Espaço externo: parque, areia, natureza.

7. Encerramento

- Rodinha de despedida.
- Música de fechamento.
- Orientações para a família sobre o dia.

Quando se tem o integral

6. Almoço

- Incentivo ao uso de talheres.
- Rotina de higiene antes e após.

7. Descanso / Sono

- Ambiente tranquilo, com música suave ou história.
- Respeito ao tempo individual de cada criança.

ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O período de adaptação é fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento. Dessa adaptação, dependem a consolidação de uma relação de confiança, num ambiente seguro e acolhedor, e a construção das condições adequadas para que as crianças possam interagir e explorar o ambiente com autonomia. Nesse cenário, a integração da família com a escola é fundamental para que a transição ocorra da melhor maneira.

Muitas vezes, os pequenos vão permanecer pouco tempo na escola no início, até que eles se acostumem com o espaço e os profissionais. Essa passagem é essencial para que as crianças permaneçam na escola e se sintam seguras para aprender e socializar.

As crianças precisam se adaptar ao novo, às rotinas da escola e às separações diárias da família, principalmente em relação à ausência da mãe. Isso faz parte do crescimento social e emocional dos pequenos.

A ADAPTAÇÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Garantir a educação inclusiva é uma necessidade fundamental para nossa escola. Atualmente, a educação infantil é um direito assegurado a todas as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, e a inclusão de alunos com necessidades diversas é uma exigência desde essa etapa educacional. A educação inclusiva abrange alunos com transtornos de aprendizagem, deficiências, autismo e superdotação.

Segundo Mittler (2003, p. 05), a educação inclusiva "requer um processo de transformação da escola, tanto no aspecto físico quanto no didático-pedagógico, para que os educandos possam ter acesso e oportunidade educativa e social compatíveis com suas diferenças pessoais."

O processo de transição entre os diferentes segmentos educacionais (família e escola, creche e pré-escola, pré-escola e ensino fundamental) pode ser desafiador para as crianças. As mudanças de atividades, de ano letivo ou de instituição exigem flexibilidade. Para suavizar essa transição, é essencial que a criança tenha um tempo adequado para se ajustar, evitando desconfortos como choro. Recomenda-se familiarizar as crianças com os novos espaços, realizando visitas, conhecendo as professoras e as atividades que serão realizadas. Uma sugestão eficaz é promover brincadeiras de integração, nas quais as crianças ensinam umas às outras e compartilham experiências de grupos mais avançados.

Para preparar a transição de maneira tranquila, é importante envolver a criança de forma lúdica, como através de entrevistas simuladas com futuros colegas, apresentações de brinquedos, desenhos, fotografias e relatos sobre os novos ambientes. Essas práticas auxiliam na adaptação à nova sala de aula ou instituição.

A adaptação de alunos na educação inclusiva ou especial deve contar com o suporte de um profissional capacitado, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Para isso, é fundamental realizar entrevistas com as famílias, a fim de conhecer a rotina e identificar as necessidades particulares dos alunos, podendo realizar as adaptações curriculares necessárias de acordo com suas individualidades.

3.8 O CALENDÁRIO ANUAL

O Calendário anual está no link na sessão anexos, com as datas previstas para as Reuniões Pedagógicas e Conselhos de Classe já vem sugerido pela Secretaria de Educação. No início do ano, na Semana Pedagógica, é confeccionado o calendário de nossa unidade escolar, determinando as datas das atividades coletivas com a comunidade, as festas com as crianças, na Semana da Criança, as datas comemorativas, as reuniões com as famílias, dia dos pais e dia das mães. Também marcamos a data para a apresentação do projeto para a comunidade realizado pelos profissionais da instituição; priorizando a festa do pescador, homenageando a profissão que mais se destaca na comunidade.

Durante o ano realizamos várias atividades curriculares trabalhando junto aos alunos, às famílias, à comunidade e aos profissionais da instituição, como o aniversário de Itapoá, quando o município trabalha junto nessa comemoração: apresentando um desfile comemorativo com os principais pontos turísticos da cidade. Ao final de cada semestre ou no encerramento do ano letivo, apresentamos à comunidade a Mostra Pedagógica, onde as próprias crianças apresentam seus trabalhos durante o semestre. Ao final de cada semestre,

a comunidade é convidada a vir até a escola para a entrega das avaliações descritivas e conversar com os professores.

Durante o ano recebemos a visita dos agentes da saúde, sempre trazendo novidades sobre as vacinas e cuidando do peso e altura dos pequenos.

O calendário aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, em anexo, demonstra a quantidade de dias letivos, feriados e datas comemorativas para o ano de 2025. Também demarca as reuniões pedagógicas que farão parte desse ano, assim como os conselhos de classe já marcados.

3.9 ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA ESCOLAR

A matrícula das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola passou a ser obrigatória a partir do ano 2009. De acordo com a Emenda Constitucional 59/2009, é dever dos pais matricular os filhos e dos Municípios ofertar vagas suficientes para atender a demanda. A antecipação do ingresso obrigatório em instituições de ensino, garantida pela Constituição Federal, considera os inúmeros benefícios da educação infantil (que compreende as etapas da creche e da pré-escola). A emenda constitucional que estabelece a obrigatoriedade do ingresso das crianças de 4 e 5 anos na escola em 2016 data de 2009.

Segundo estudos, a frequência na escola contribui para a melhoria na autonomia, concentração e sociabilidade da criança e para bons resultados no desenvolvimento intelectual e sócio comportamental. Há também orientação sobre a avaliação da educação infantil. Não haverá retenção ou reprovação das crianças nessa etapa de ensino. A avaliação será feita "mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças".

O artigo 29, a LDB, refere-se à Educação Infantil entendida como primeira etapa da educação básica cuja finalidade precípua é "o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Para combater a evasão escolar, em 2001, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), criou o Programa APOIA, que mobiliza as escolas, os conselhos tutelares, o MPSC e toda a sociedade para trazer os alunos de volta para a sala de aula. Para que não haja abandono na escola são necessárias ações de acompanhamento da frequência e também do abandono, relatando as faltas e trabalhando com o sistema APOIA, que é destinada a combater o abandono escolar nas instituições de ensino da Rede Municipal de Educação.

Seu objetivo principal é resgatar estudantes com 5 (cinco) faltas/dias consecutivas ou 7(sete) faltas/em dias alternados. Para que a evasão não aconteça, a escola deve ficar atenta, a fim de perceber as causas que levam à infrequência, e então acionar as instituições que protegem as crianças e promovem a proteção das próprias crianças.

3.10 CONSELHO DE CLASSE

O conselho de classe constitui-se em uma parada para reflexão sobre as práticas presentes no cotidiano escolar, com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos e redirecionar as práticas pedagógicas docentes. É um dos momentos mais relevantes da rotina de uma escola, o qual permite ir além da análise diagnóstica do aluno, oportuniza a tomada de consciência da própria ação, reorganiza toda a prática permitindo a construção de novos saberes, fazendo com que as ações educativas propiciem melhores resultados, no que se refere ao desempenho escolar do aluno, principalmente, no que diz respeito à tomada de consciência sobre a articulação do trabalho pedagógico como um todo. O Conselho de Classe manifesta-se como prática social identificada com o trabalho coletivo, político, pedagógico, democrático e de possibilidades emancipadoras, tomando como suporte teórico-metodológico as ações elencadas no Projeto Político Pedagógico. Por meio dele é possível articular os diversos segmentos da escola, contribuindo para que os problemas de aprendizagem sejam analisados criticamente, visando a superação dos mesmos, mediados por propostas sugeridas pelo grupo.

Cruz afirma que quando, democraticamente orientado, o Conselho de Classe pode forçar e valorizar as experiências praticadas pelos professores, incentivar a ousadia para mudar e ser instrumento de transformação da cultura escolar sobre a avaliação. É o momento e o espaço de avaliação diagnóstica da ação educativa da escola, feita pelos professores e pelos alunos, à luz do Projeto Político Pedagógico (CRUZ, 2005, p.09).

O conselho de classe é uma importante ferramenta de potencialidades, para tanto deve ser visto e aplicado como um processo pelo qual haja reflexão e tomadas de consciência, momento de analisar, discutir, deliberar, planejar, e propor soluções aos problemas e novos encaminhamentos, também acompanhar, orientar e avaliar o conjunto das ações educativas voltadas à gestão da própria escola e ao desenvolvimento da prática docente.

O conselho de classe é realizado trimestralmente, sendo o último denominado conselho de transição e é realizado conforme calendário escolar enviado pela SME de Itapoá.

3.11 REUNIÃO PEDAGÓGICA

A reunião é um momento de suma importância, partindo do desvelamento da prática social inicial dos docentes e das problematizações suscitadas a partir das suas necessidades formativas, tem como objetivo maior, atender às necessidades educativas e contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica na perspectiva da formação integral. É um momento propício para a articulação entre teoria e prática, um espaço de estudo e reflexão, planejamento e troca de conhecimentos.

As reuniões pedagógicas são momentos durante o ano letivo em que toda a equipe de professores da escola onde se encontram com o gestor, coordenador, supervisor, administrador para discutir e acompanhar o andamento do processo de ensino.

Na escola, uma das mais importantes estratégias de planejamento, sem dúvida, são as reuniões pedagógicas. O objetivo desses encontros, realizados durante o ano letivo, é propiciar que professores e coordenadores possam discutir e acompanhar o andamento dos processos de ensino-aprendizagem.

O planejamento para a reunião pedagógica demanda elaboração de uma pauta, com cópias a serem distribuídas para todos os participantes. A pauta deve considerar o tempo programado de reunião e conter os objetivos a serem atingidos. Além de utilizar textos reflexivos para a formação continuada dos professores e equipe pedagógica. O planejamento das reuniões pedagógicas estão estipuladas no calendário anual, em anexo.

3.12 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação de professores é um processo que busca possibilitar a atualização e/ou a construção de novos conhecimentos, e, principalmente, ser compreendida como exercício reflexivo do saber e do fazer pedagógico na escola e demais espaços educativos, assim como, um processo de constante desenvolvimento profissional, de forma a oportunizar o aprofundamento de conhecimentos e o acesso a novos conceitos, que amplie a situação de análise do ensino e venha a contribuir com o desenvolvimento do profissional e da instituição em que este se encontra inserido. A formação continuada é um processo a ser desenvolvido por toda a carreira docente com o propósito de melhoria da prática e por consequência uma

melhora da educação. O conceito “desenvolvimento” tem uma conotação de evolução e continuidade que supera a tradicional justaposição entre formação inicial e formação contínua dos professores. A formação continuada deve promover um trabalho reflexivo, a fim de qualificar as escolhas na prática pedagógica. Para tanto, é necessário pesquisas e estudos a fim de compreender aportes teóricos que contribuem na construção de conhecimento e para o processo de ensino e aprendizagem. Isso não está relacionado à simples acumulação de informações, e sim, envolve um processo contínuo de estudos teóricos, de análise da realidade e de interação entre os profissionais.

A Formação continuada dos profissionais da educação, do corpo técnico e administrativo é oferecida a todos os profissionais da educação, promovendo estudos e formações com profissionais qualificados, oferecidas pela Secretaria de Educação.

A formação continuada é um processo profissionalizante do professor, voltado ao aperfeiçoamento dos seus saberes necessários para a sala de aula, tornando-o capaz de oferecer uma potencialização em seu desenvolvimento pedagógico. Nos agendamentos quinzenais conforme a demanda e necessidade do professor, poderá ser oferecida uma formação/ orientação para compartilhamento dos saberes no intuito de auxiliar o professor a compreender além dos processos de aprendizagem, as estratégias adequadas a cada momento.

4. NORMAS DA ESCOLA



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Educação



NORMAS INTERNAS

Horário de funcionamento da escola

Manhã: Entrada das 7h30 às 7h45 / Saída das 11h20 às 11h30.

Tarde: Entrada das 12h45 às 13h / Saída das 16h30 às 16h45.

Obrigatoriedade da Frequência e Matrícula

- A Educação Infantil, especialmente a pré-escola, exige a matrícula e a frequência obrigatória das crianças de 4 a 5 anos, conforme a Lei 12.796/2013.

- Responsabilidade dos responsáveis em acompanhar a frequência e o desempenho escolar.

Justificativas de Faltas

- Faltas e saídas antecipadas devem ser justificadas.
- Persistência de faltas será encaminhada ao Conselho Tutelar, conforme o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Horários

- O não cumprimento do horário será registrado em ata, ocorrido por 3 vezes consecutivas ou alternadas, implicará em encaminhamento ao conselho tutelar para as devidas orientações.
- Evitar retiradas antecipadas sem justificativas.

Adaptação

Nos primeiros dias os pais precisam compreender a importância do processo de adaptação. O horário da criança será gradativo de acordo com seu ritmo, até permanecer o período matriculado com segurança e sem trauma. Durante esse período de adaptação dos alunos, os pais deverão cumprir os horários estipulados pelos professores e equipe.

Interação dos Pais

- A escola promoverá palestras, reuniões de pais e encontros individuais com professores e equipe.
- A presença dos pais é fundamental nesses momentos.

Administração de Medicamentos

- A escola não administra medicamentos.
- Em caso de acidente ou mal-estar, a família será comunicada para buscar a criança.
- Se a família não for encontrada em situações de urgência, a criança será encaminhada para os órgãos competentes.

Atualização de Contatos e comunicação

- Importância de manter telefones e endereços atualizados na ficha de matrícula e na agenda da criança, tanto telefone do responsável quanto contato de emergência.
- A agenda é um importante meio de comunicação e deve ser lida e assinada diariamente pelos responsáveis.

Saúde e Segurança

- Crianças com febre, doenças infectocontagiosas ¹, piolhos ² e parasitas não poderão frequentar a escola.
- Crianças doentes devem permanecer em casa e retornar apenas com atestado médico.

Uniforme e Materiais

- O uso do uniforme é sugerido.
 - Orientações sobre vestuário seguro e confortável.
- É importante mandar seu filho(a) com roupas etiquetadas com nome, pois eventualmente pode haver trocas de roupas entre as crianças. Roupas que não tenham problemas em sujar, pois são feitas atividades que podem sujar. também é importante mandar uma ou mais trocas de roupas, pois imprevistos podem acontecer, bem como adequadas com o clima.
- Evitar trazer brinquedos e jóias para a escola, pois a escola não se responsabiliza por

perda destes itens.

Higiene

- As crianças devem ser trazidas para a escola em perfeitas condições de higiene. Os materiais de higiene pessoal como fraldas descartáveis, roupas limpas para troca deverão ser trazidas conforme necessidade da criança, caso contrário a família será comunicada.

Alimentação

- Merenda fornecida pela prefeitura; proibição de trazer alimentos, exceto em dias combinados ou com laudo de restrição alimentar.

Acesso à Escola

- Pais e ou responsáveis têm livre acesso para sugestões, reclamações e dúvidas.
- Possibilidade de conversar com a Diretora e a professora em horários agendados.

Equipe Gestora.

Itapoá, 03 de fevereiro de 2025.



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Educação



Município de
ITAPOÁ

Contrato Didático – 2025

Essa proposta visa integrar os profissionais da escola, valorizando os aspectos cotidianos e promovendo a diferença por meio dessas ações. Tais medidas não serão facultativas, mas sim obrigatórias, para a organização da rotina disciplinar em nossa instituição, devendo ser cumpridas por todos os funcionários da escola. Em caso de descumprimento, o fato será registrado em ata e, em caso de reincidência, será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Itapoá.

- É imprescindível o cumprimento rigoroso dos horários de entrada e saída, com a devida justificativa em casos de atrasos.
- O material a ser utilizado nas aulas deve ser organizado com antecedência.
- O professor deverá se dirigir à sua sala de aula no horário estabelecido, a fim de receber e acolher os alunos, com todos os materiais necessários para o desenvolvimento do conteúdo planejado, os quais devem ser preparados e/ou solicitados previamente.
- Atividades como elaboração de lembrancinhas, cartazes e outros materiais que não estejam

diretamente vinculados ao planejamento de aula não deverão ser realizadas em sala, salvo quando se inserirem no planejamento e envolverem a participação ativa dos alunos.

- Em relação ao uso de aparelhos de som, televisão e materiais escolares, é necessário solicitar à equipe pedagógica com antecedência, especialmente no caso da televisão para as turmas da pré-escola, a fim de não prejudicar o cronograma previamente estabelecido.
- Comparecer no agendamento com o supervisor/ orientador conforme o cronograma.
- Os planos de aula deverão ser enviados a supervisão, anteriores a sua aplicação, com, pelo menos, uma semana de antecedência, deverão constar os recursos utilizados com as atividades aplicadas. Os planos de aulas e as atividades deverão ser encaminhados no e-mail institucional do supervisor: **supervisao.luadecristal@educaitapoa.sc.gov.br**

Ou lançar no sistema.

- O professor deverá utilizar o computador da escola disponibilizado e exclusivo para fazer seu planejamento e pesquisas na sua hora atividade.
- Não é permitido a utilização de pendrives e ou utilizar o computador da secretaria.
- Ao que se refere aos alunos que possuam necessidades educacionais especiais, cabe ao professor regente planejar, organizar materiais, assim como o desenvolvimento e adaptação da aula para esse aluno.
- Cópias deverão ser solicitadas com antecedência de uma semana para serem vistas pelo supervisor (utilizando sempre a hora atividade para isso). As cópias que não estiverem no planejamento deverão ter autorização da supervisão, evitar muitas cópias, estimular os alunos no exercício da escrita e possibilidade de criação.
- Os diários de classe devem ser devidamente preenchidos diariamente, registrados e entregues mensalmente com uma única cor (azul), sem rasuras, borrões, com as faltas preenchidas.
- No que se refere o sistema este deverá ser preenchido regularmente.
- Comunicar sempre a equipe em caso de faltas e atrasos não previstos, para que todos possam se organizar;
- Em casos de falta planejada, agendada, justificada ou licença médica (a partir de dois dias), deixar com a equipe instruções para o professor que o substituirá.
- Assinar diariamente o livro ponto ou ponto digital no horário de entrada e de saída.
- Os alunos não deverão ficar sozinhos em sala de aula; inclusive no recreio;
- Os professores de educação física e artes, devem se adequar às rotinas do professor regente em sala inclusive na organização dos materiais utilizados em sua disciplina, em caso de estar com aulas externas, encaminhar a turma para a sala e aguardar a entrada do professor regente com os alunos tranquilos e acomodados para a próxima aula; da mesma

forma os professores que estão com as turmas, seguir rigorosamente o horário, das aulas, para que o próximo professor não fique prejudicado.

Ética profissional, evitando:

- a) assuntos adultos diante dos alunos;
 - b) qualquer assunto que envolva o aluno comunique a equipe para que seja agendado uma reunião com os pais e/ou responsáveis;
 - c) Cuidados com as vestimentas; (transparência, decote);
 - d) Sugerimos a utilização de guarda pó;
-
- O professor(a) responsável deverá registrar no sistema educacional Educaweb no campo avisos os alunos faltosos, os que apresentarem 3 faltas consecutivas ou 5 alternadas.
 - Evitar a utilização do celular para todos os funcionários da escola, enquanto estiverem em seu horário de trabalho, salvo para fins pedagógicos.
 - Os materiais adquiridos pela escola como brinquedos, livros e outros devem ser manuseados pelos alunos com o acompanhamento do professor.
 - A organização e a limpeza das salas e demais ambientes escolares são responsabilidades compartilhadas. Embora haja funcionários designados para a manutenção da ordem, os alunos devem ser incentivados a contribuir ativamente para a organização do espaço, evitando sujeiras e desordens excessivas após as atividades realizadas. Esse comportamento faz parte do processo de desenvolvimento integral da criança. Deve-se ainda ressaltar a importância do cuidado com os materiais e espaços, seguindo o princípio: ao utilizar, o aluno deve responsabilizar-se por guardar adequadamente.
 - O intervalo destinado ao lanche dos alunos será de quinze minutos. Durante esse período, os alunos serão encaminhados e acompanhados pelos professores até o local destinado às refeições. Os docentes deverão orientar os alunos quanto ao uso correto da lixeira, à organização dos pratos, talheres e canecas, à utilização adequada do buffet, bem como à maneira apropriada de se alimentar e de se higienizar após as refeições. Após o lanche, os alunos serão encaminhados para o recreio, sob a supervisão das profissionais de apoio e equipe pedagógica, enquanto os professores terão quinze minutos de intervalo para realizar o seu lanche, utilizar o banheiro, entre outras atividades.
 - É imprescindível que a sala dos professores seja mantida organizada, especialmente a mesa, uma vez que este é um espaço compartilhado por todos.
 - Cabe ao professor a responsabilidade de observar e ler atentamente o mural de avisos, que inclui informações sobre cursos, reuniões, entre outros comunicados relevantes.

- Ao deparar-se com um problema, recomenda-se encaminhá-lo à gestão e supervisão, evitando comentários desnecessários e propondo soluções viáveis. É fundamental que busquemos soluções, em vez de perpetuar problemas.
- Os professores estarão liberados durante os horários de hora atividade na escola apenas se estiverem rigorosamente em dia com seus planos de aula e com as atividades e materiais necessários para o desenvolvimento das mesmas. Caso a escola necessite do auxílio do professor durante esse período, sua permanência será solicitada.
- Em relação à ética, é imprescindível que não se comentem assuntos discutidos em reuniões ou em particular com colegas de trabalho com pessoas externas. Questões tratadas junto à gestão e à equipe devem permanecer restritas aos envolvidos. Se houver necessidade de comunicação com terceiros, essa responsabilidade cabe à gestão.

Quaisquer dúvidas a gestão e supervisão estão a disposição para lhe auxiliar da melhor forma.

Equipe Gestora.

Itapoá, 03 de fevereiro de 2025.

Todos estando de acordo assinamos este contrato.

5. GESTÃO DEMOCRÁTICA, COMPARTILHADA E PARTICIPATIVA

A democracia deve ser constituída desde o Estado, até a sala de aula. Os alunos precisam vivenciá-la para se constituírem seres democráticos. Apenas constar na legislação a obrigatoriedade da democracia na realização da gestão escolar não garante que ela ocorra. Os princípios da gestão democrática são a descentralização, participação e transparência, definindo o papel de atuação de cada um dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, como os pais, professores, estudantes e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola. Não deve se tratar apenas de uma concepção de sociedade que prima pela democracia como princípio fundamental, mas do entendimento de que a democratização da gestão é condição estruturante para a qualidade e efetividade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida, pautando seu currículo na realidade

local, conferindo sentido a proposta pedagógica e envolva os diferentes agentes em uma proposta de co responsabilidade pela aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Segundo Lima (2010, p. 29) [...] a gestão democrática só é possível quando o poder está descentralizado, e, é claro, existem sujeitos participativos no processo, que ao atuarem no processo decisório contribuem para consolidar o movimento histórico necessário para tornar as instituições democráticas e, assim, fazer a democracia avançar.

Portanto, as mais diferentes ações que compõem a gestão de uma escola ou sistema de ensino são resultantes do trabalho de múltiplos sujeitos. O decreto municipal nº4030/2019, de 19 de junho de 2019, em conformidade aponta que:

Art. 1º A Gestão Escolar da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Itapoá, em todos os níveis e modalidades, com a participação da comunidade escolar, tem por princípios a gestão democrática e a autonomia escolar.
(ITAPOÁ, 2019)

A gestão escolar municipal segue em conformidade com a LDB (Lei n. 9.394/96) a qual afirma que as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da gestão democrática. Para tanto está sendo facultado prover os cargos de diretores de escolas da rede municipal de ensino através de processo eleitoral instituído por decreto n °4030/2019, de 19 de junho de 2019, regulamentado por edital da Secretaria Municipal de Educação e que se dá a partir da elaboração do plano de gestão, o qual tem como objetivo traçar e exercer o acompanhamento dos projetos institucionais, com abrangência por um período de dois anos, fundamentado nas premissas do planejamento estratégico e estruturado em objetivos, metas e ações.

5.1 ÓRGÃOS COLEGIADOS E DE REPRESENTAÇÃO

A construção da gestão democrática implica luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na

construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola. Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

As Instâncias Colegiadas – APP, Conselho de Classe são organizações compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade com o objetivo de auxiliar o Gestor Escolar, nas decisões e encaminhamentos para solucionar os problemas do cotidiano da escola, mas tendo como objetivo principal a busca pela melhoria da qualidade no processo ensino e aprendizagem.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

É de suma importância que pais, professores, funcionários e equipe diretiva, que compõem a diretoria da APP, tenham consciência de que toda e qualquer decisão tomada em reunião por esse colegiado deverá ser discutida e amplamente debatida, sejam questões de ordem pedagógica ou administrativa, pois essas decisões terão um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos. Ressaltamos a importância de toda comunidade escolar fazer-se presente nesse processo de tomada de decisões, pois a transparência é fundamental na construção de uma gestão democrática e participativa.

A associação de pais e mestres, enquanto instância de participação, constitui-se em mais um dos mecanismos de participação da comunidade na escola, tornando-se uma valiosa forma de aproximação entre os pais e a instituição, contribuindo para que a educação escolarizada ultrapasse os muros da escola e a democratização da gestão seja uma conquista possível.

Na escola existe conselho de classe, que tem seu papel na avaliação da aprendizagem. As políticas e Gestão na Educação consistem na aproximação entre os pais e

a instituição, contribuindo para que a educação escolarizada ultrapasse os muros da escola e a democratização da gestão seja uma conquista possível.

CONSELHO DE CLASSE

O conselho de classe é mais um dos mecanismos de participação da comunidade na gestão e no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na unidade escolar. Constitui-se numa das instâncias de vital importância num processo de gestão democrática, pois “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar” (DALBEN, 1995, p. 16).

5.2 PROCESSO DE ESCOLHA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

De acordo com o Decreto Nº 4030/2019, alterado pelo Decreto nº 4554 e Decreto nº 4580/2020, que dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Itapoá, em todos os níveis e modalidades, o candidato elaborará o Plano de Gestão Escolar – PGE, junto com a comunidade escolar em consonância com as prioridades da Política de Educação do Município, baseado em diagnóstico da realidade educativa e nos desafios da escola a qual é candidato. O Plano de Gestão Escolar representa o compromisso com a Escola e a Secretaria Municipal de Educação – SME, servindo de base para a redefinição, junto com a comunidade escolar, dos instrumentos de gestão da escola. Deve ter como base o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino e a legislação vigente. Ao elaborar o Plano de Gestão, é necessário que o candidato tenha conhecimento da realidade da escola e seus indicadores, através do diagnóstico com os avanços e desafios, para que possa definir objetivos, metas e ações na perspectiva de dar respostas aos fatores críticos evidenciados pelos indicadores e que favoreçam o compromisso com o ensino e com os resultados na aprendizagem de todos os alunos. É importante que o candidato do PGE reavalie as metas já definidas no PPP e, a partir de então, faça sua proposição, considerando as dimensões: socioeconômica, pedagógica, administrativa, financeira e física.

Considerando na elaboração do Plano de Gestão Escolar os seguintes itens:

- Referencial teórico: base sustentável para o trabalho na escola e para o processo de ensino e aprendizagem.
- Objetivo Geral: demonstrar os parâmetros que se pretende alcançar ao final da realização do Plano de Gestão.

- Diagnóstico da escola: confrontando a realidade, obter informações relevantes com a participação da comunidade.
- Dimensão Socioeconômica: relatar as características da clientela da escola.
- Dimensão Pedagógica: um olhar voltado ao pedagógico mostrando o processo de ensino aprendizagem, os conteúdos curriculares adequados à Proposta Curricular da Rede Municipal e o Projeto Político Pedagógico da escola, contemplando as metodologias de ensino, os projetos institucionais, avaliação da aprendizagem, reuniões pedagógicas, matrícula, desempenho dos alunos, acompanhamento das atividades de aprendizagem dos alunos.
- Dimensão Administrativa: Toda a parte de documentação dos alunos, pais e professores; a forma de atendimento dos alunos, pais e professores; condições de trabalho, inclusive o plano de valorização dos profissionais da educação; formação acadêmica e profissional do corpo docente; proposta de avaliação institucional; e também a participação da comunidade nas instâncias deliberativas da escola, a APP.
- Dimensão Financeira: as alternativas de captação e a aplicação dos recursos financeiros (PDDE e Gestão financeira) para melhorar a permanência dos alunos na escola; planejamento das aquisições diversas, reparos nas instalações físicas, cursos de formação dos profissionais da escola.
- Dimensão Física: relatar as instalações em geral da escola, como: espaço físico, refeitório, secretaria, sala dos professores, salas de aula, sanitários e acessibilidade para pessoas com deficiência, áreas de convivência: como pátios abertos, parques, territórios de aprendizagem, além dos recursos tecnológicos oferecidos.

Estabelecer as metas a serem atingidas e as ações que são os meios para atingir as metas e objetivos.

- Avaliação do plano: apontar como será avaliado e também a periodicidade da avaliação.
- Considerações finais: acrescentar informações e comentários e dando uma finalização dos argumentos apresentados.
- Referências: relacionar as obras consultadas, os periódicos e demais textos consultados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: Resolução CNE/CP 1/2020.** Diário Oficial da União, Brasília, 29 de outubro de 2020, Seção 1, pp. 103-106. Art. (BNC - Formação Continuada).

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 13 de junho de 2022.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho; **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar.** 3 ed. Ed Loyola, São Paulo, 2005.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo.** Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2016.

ESTANISLAU, G.; BRESSAN, R (Orgs.). **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ITAPOÁ. Resolução n ° 4030, de 19 de junho de 2019. **Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica da rede municipal de ensino, em todos os níveis e modalidades.** Itapoá, SC, 2019. Disponível em: <https://www.itapoa.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaltem/18672/codNorma/41922> 5. Acesso em: 13/06/2022.

LIMA, Antonio Bosco de. **Gestão democrática: a decomposição do concretizado.** In: LIMA, Paulo Gomes; ARANHA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Antonio Bosco de. Estado, políticas

educacionais e gestão democrática da escola no Brasil. Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte, 2010.

MÉNDEZ, Juan Manuel. A avaliação em uma prática crítica. Pátio: revista pedagógica, Porto Alegre, ano VII, n. 27, p. 21-24, ago./out., 2003.

MITTLER Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed 2003.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis. 2014.

VIEIRA, M. R. **Vozes de ébano**: um estudo das representações sociais sobre os saberes escolares de estudantes afrodescendentes na educação de jovens e adultos do município de São José - Santa Catarina. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

APÊNDICES / ANEXOS

ANEXO I: CALENDÁRIO ESCOLAR:

<https://docs.google.com/document/d/11CIEFBoGiVNI6foUN1KeEDUY4R5pfeML/edit?usp=sharing&oid=114260930364372820529&rtpof=true&sd=true>